

Líderes: é absurda reforma do Senado

“Isso não existe” — declarou ontem, a um grupo de jornalistas, o líder do Governo no Senado, Petrônio Portella, minimizando as notícias publicadas pela imprensa de Brasília, segundo as quais estaria em estudo uma fórmula capaz de evitar que o MDB alcance a maioria no Senado, com as eleições de 1978, simplesmente evitando a escolha direta pelo voto majoritário.

Pelo que foi noticiado, o novo esquema estabeleceria a eleição de um terço do Senado pelo voto direto majoritário, um terço seria da livre nomeação do Presidente da República e o terço final, através de eleição indireta pela Assembléia Legislativa de cada estado. Falou-se, inclusive, que o ex-presidente Emílio Médici, seria um dos candidatos por Goiás, por nomeação do Presidente da República ou eleito pelos deputados estaduais.

O MDB goiano, ao tomar conhecimento de tais especulações, anunciou que o seu candidato ao Senado em 1978 seria Sara Kubitschek. O terço pelo voto direto foi eleito em

1974, e em 1978 haverá eleição para renovar dois terços do Senado.

Ontem, à tarde, vários parlamentares da Arena, a exemplo de Petrônio Portella, disseram que nada sabiam do esquema publicado, que está sendo denominado de “Projeto Alvorada”.

Vale registrar que dirigentes e líderes arenistas continuam negando informações que circulam no Congresso, segundo as quais o presidente Geisel pretende utilizar uma rede nacional de rádio e televisão, na noite de 15 de novembro, para anunciar medidas de restrições na área econômico-financeira e mudanças importantes no sistema político do país.

Apesar disso, há setores do partido que insistem em afirmar que tais decisões serão mesmo anunciadas, antes do início da apuração do pleito municipal, “a fim de desvinculá-las de seus resultados”, ainda que acreditando numa grande vitória arenista.

Sobre as fórmulas em exame para impedir que o MDB conquiste a maioria do

Congresso — principalmente no Senado — falou-se antes na prorrogação dos atuais mandatos até 1980, sob a alegação de que só assim haveria eleições coincidentes. Agora, fala-se em novo processo de escolha de senadores.

Para o deputado Antônio Mariz, um dos coordenadores do grupo “Renovador” da Arena, “o compromisso do partido é com a linha de distensão política anunciada pelo presidente Ernesto Geisel”, acrescentando, ao lado de Flávio Márcilio e Theódulo Albuquerque:

— E distensão política não se faz restringindo eleições, mas ampliando a área de sua utilização.

Disse ainda o parlamentar paraibano que seria melhor para a democracia reafirmar as eleições diretas para governador do que sugerir nomeações de senadores.

— A Arena — afirmou Antônio Mariz — tem condições para ganhar as eleições para o Senado. Basta que não repita o erro de 1974,

quando os nossos candidatos foram nomeado em Brasília.

Praticamente a mesma opinião foi dada pelo deputado Theódulo Albuquerque (Arena-BA), do mesmo grupo “Renovador”:

— Tudo não passa de especulação. Temos possibilidade de ganhar as eleições de 78, é só redobrar nossos esforços e escolher bons candidatos, já que os indicados em 1974 não foram os melhores para aquele momento.

O ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Márcilio (Arena-CE), também não deu crédito às notícias sobre nomeações de senadores. Para ele, no momento, o tema mais importante para o seu partido “é ajudar o esforço do presidente Geisel no sentido de que seja alcançada uma vitória maciça a 15 de novembro”.

— Todas estas especulações que estão surgindo por aí — achatamento salarial, arrocho para conter a inflação, mudança de regime, extinção de partidos, novas fórmulas de representação legislativa — tudo isso, na minha opinião, parece uma contrapartida ao

esforço do Governo de conquistar uma grande vitória eleitoral a 15 de novembro.

Declarou ainda que a anunciada nomeação de um terço do Senado seria uma decisão “altamente antidemocrática”, observando que é preciso examinar, antes, se o Senado tem hoje as mesmas funções de antigamente — quase que uma simples Casa revisora.

— Não vejo necessidade de assegurar maioria no Senado ao Governo, forçando o processo eleitoral. A eleição com sublegenda para senadores, como existe na lei para governador e prefeito, daria à Arena amplas condições de sustentar sua posição majoritária. O esforço que vem sendo desenvolvido pelo presidente Geisel em favor do seu partido deve resultar na conquista de uma sólida base parlamentar no futuro. Se a Arena entender isso, não será preciso pensar em eleger senadores pelas assembleias ou que devam ser nomeados pelo Chefe do Executivo — concluiu Flávio Márcilio.

Para Paes de Andrade será “usurpação vergonhosa

Para o deputado Paes de Andrade (MDB-CE), caso venha a ser concretizada, esta modificação será “uma usurpação vergonhosa e inacreditável”, que virá cobrir de vergonha o nosso país. Disse ainda Paes de Andrade:

— Já usurparam as franquias constitucionais, mutilaram o Poder Legislativo, privaram o Judiciário de suas prerrogativas maiores, impuseram ao nosso povo um processo deformado de eleições indiretas, através do qual se nomeiam governadores de estados, ditaram uma legislação casuística e imoral.

Entende o deputado opositor que todas estas medidas foram tomadas para dar suporte e proteção à Arena “hoje debilitada, sem condições de recuperação perante a opinião pública. Mas nada disto pode ou salvará o partido oficial que está vivendo os seus dias de agonia final.”

E ao afirmar que “temos aí um Governo sem povo porque ousou marginalizá-lo nas suas aspirações e fraudá-lo em seus direitos”, disse Paes de Andrade não ser possível que se queira amesquinhar ainda mais a imagem do país.

Defende o deputado exatamente o con-

trário desta reforma hoje cogitada, ou seja devolução das franquias constitucionais ao povo. Na sua opinião, “se porventura esta medida vier a ser concretizada, nada mais restará de soberania popular a este país”.

O vice-líder do Governo, senador Virgílio Távora disse que esta reforma do Senado não passa de “mero exercício mental”, preferindo ele acreditar que o presidente Geisel está empenhado em dar ao Brasil um modelo político que refletirá a responsabilidade com que encara os problemas nacionais.

E, ao lembrar que não é pitonisa, disse

Virgílio não saber e não poder garanti-lo se haverá reforma após as eleições de 15 de novembro.

O deputado arenista colocou-se, preliminarmente contra qualquer nomeação indireta, acrescentando que, se concretizada, esta, sem dúvida, será a mais infeliz das soluções. Quanto a reformas, disse Carlos Wilson que elas deveriam acontecer depois de quinze de novembro, atingindo essencialmente a atual estrutura partidária.

Na sua opinião, seria necessário sair “deste bipartidarismo rígido para um pluripartidarismo e terminar com a sublegenda,

a grande responsável pela autofagia dos partidos.

Defendeu ele, as eleições diretas como meio de fortalecimento definitivo da Resolução em vez de modificações como esta no Senado Federal. Quanto à hipótese de que estas reformas seriam uma maneira do Governo ter maioria no Senado, evitando a possibilidade do MDB chegar ao poder, disse Carlos Wilson que não se preocupa com a perda do poder, pois só acredita em poder disputado nas urnas. Sem isto, o poder de nada vale.